

**O MUNDO DO TRABALHO APÓS A DOCTRINA NEOLIBERAL  
NO BRASIL: PRIVATIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO NO  
CONTEXTO DE CRISE ECONÔMICA.**

**MUNDO DEL TRABAJO DESPUÉS DE LA DOCTRINA  
NEOLIBERAL EN BRASIL: LA PRIVATIZACIÓN Y  
FLEXIBILIDAD EN EL CONTEXTO DE CRISIS ECONÓMICA.**

**WORLD OF WORK AFTER THE DOCTRINE NEOLIBERAL IN  
BRAZIL: PRIVATIZATION AND FLEXIBILITY IN THE CONTEXT  
OF ECONOMIC CRISIS.**

**Isabella Vitória Castilho Pimentel Cardoso<sup>1</sup>**

*isabellavitoria@id.uff.br*

**RESUMO:** O presente artigo busca evidenciar como a imposição do projeto neoliberal no Brasil (iniciada na década de 1980) resultou em flexibilização das políticas trabalhistas, com consequente fragilização das condições de emprego e trabalho, levando a classe trabalhadora a uma situação de extrema precariedade. No que tange ao funcionalismo público, tais políticas evidenciaram a tentativa de privatização que confirmou o pressuposto da redução do poder do Estado. Destaca-se ainda que, sob a justificativa da necessidade de se (re)organizar as contas públicas do país, os ciclos econômicos e as crises advindas destes períodos também contribuíram para o avanço da desregulamentação trabalhista.

**PALAVRAS CHAVES:** Neoliberalismo - Estado – Privatização – Classe Trabalhadora.

**RESUMÉN:** En este artículo se pretende mostrar cómo la imposición del proyecto neoliberal en Brasil (iniciado en 1980) dio lugar a la flexibilización de las políticas laborales, con el consiguiente debilitamiento de las condiciones de empleo y trabajo, lo que lleva a la clase obrera a una situación de extrema precariedad. En cuanto a la función pública, tales políticas mostraron el intento de privatización, que confirmó la hipótesis de la reducción del poder del Estado. También hace hincapié en que, bajo la justificación de la necesidad de (re)organizar las cuentas públicas del país, los ciclos económicos y las crisis que surgen de estos períodos también contribuyeron al avance de la desregulación laboral.

**PALABRAS CLAVE:** Neoliberalismo – Estado – Privatización – Clase de Trabajo

**ABSTRACT:** The present article intend to discuss how the imposition of the neoliberal project in Brazil (started in the 1980) resulted in more flexibility in the labor policies, which weakened employment and work arrangements, leading the working class to a situation of extreme precariousness. Regarding the civil service, such policies have demonstrated an attempt of privatization that confirmed the assumption of reduction of power of the State. It also important to emphasizes that, under the justification of the need to (re)organize the public accounts, the economic cycles and crises arose from these periods also contributed to the advancement of labor deregulation.

**KEYWORDS:** Neoliberalism - State - Privatization - Working Class.

---

<sup>1</sup> Professora EBTT – Geografia. COLUNI Universidade Federal Fluminense (UFF).

## INTRODUÇÃO

Este artigo pretende evidenciar de que forma a imposição da doutrina neoliberal impactou a vida dos trabalhadores no Brasil. A ideia central é estabelecer um panorama do histórico de implementação de tal projeto e evidenciar que após a redemocratização brasileira, todos os governos se empenharam em tornar este o projeto político e econômico para o país. Para isso, vale iniciar a discussão apontando nosso entendimento acerca desta doutrina.

O neoliberalismo surge como tentativa de contenção da crise de acumulação, iniciada na década de 1970, além de ser considerada uma forma de contenção dos ideais socialistas e socialdemocratas, que se generalizavam tanto na periferia quanto no centro do capitalismo. Ideais estes oriundos da teoria marxista, no primeiro caso, e keynesianas, no segundo caso. Embora com objetivos radicalmente distintos, as duas teorias tinham métodos semelhantes, a saber, a intervenção do Estado na economia.

Harvey (2008) afirma que o Estado de bem estar social, como ficou conhecido o conjunto de políticas keynesianas, tinha como pressuposto assegurar altas taxas de crescimento econômico, pelo menos nos países de capitalismo avançado. O principal objetivo desta política foi apoiar a superação dos impactos da crise de 1929. No entanto, as políticas econômicas, que se apoiaram neste modelo, não conseguiram avançar substancialmente, em sua propagação em escala mundial. Em outras palavras, este conjunto de políticas não foi capaz de conter o desenvolvimento geográfico desigual<sup>2</sup> e, tampouco, a grande crise de acumulação que iria acometer os países centrais já na década de 1970, como dito acima.

A crise de acumulação da década de 1970 significou aumento do desemprego e altas taxas de inflação. Todas as classes sociais foram afetadas em maior ou menor grau. Mas, ainda segundo Harvey (idem), a insatisfação gerada pela crise possibilitou o surgimento de governos e lideranças socialistas em todo o mundo, fazendo com que as classes mais abastadas se sentissem ameaçadas. A forma encontrada por elas para se proteger desta onda socializante apoiava-se em atitudes ditatoriais. Na América Latina, embora em momentos políticos distintos, no Chile, Argentina e Brasil, as elites domésticas foram coadjuvantes na tomada do poder pelos militares, apoiados pelos Estados Unidos da América.

---

2 Expressão utilizada por Harvey (2008) para designar a diversidade de situações econômicas e sociais geradas a partir da ascensão do neoliberalismo. Através desta expressão, conseguimos observar que existem diferentes níveis de adoção da ajuda neoliberal.

Nesse sentido, apoiando-nos em autores como Harvey (2008), Boito Jr (2003) e Antunes (2010), observamos que os propósitos do neoliberalismo incluem a fidelidade e defesa dos interesses das elites econômicas, ao se aumentar substancialmente o número de privatizações de empresas, bem como, de facilitar a entrada de capitais especulativos, obedecendo, assim, à dinâmica financeira das grandes empresas. Tais características contribuíram para a redução dos poderes do Estado sobre a economia, reservando sua atuação apenas em momentos de crise aguda do sistema. Neste período, o Estado passa ter sua atuação minimizada, tendo acesso apenas aos seguintes setores: educação, segurança e saúde.

Vale destacar que o Estado não deixa de existir, pois mesmo diante de sua atuação mínima, desempenha papéis fundamentais para a existência do capitalismo. Santos (2003) nos auxilia a entender este jogo político ao deixar claro que não se trata de uma completa ausência do Estado. Ele apenas se omite quando o que está em jogo são os interesses da população e se torna mais ágil e forte quando se trata dos interesses das grandes corporações, ou seja, se torna ativo diante dos interesses da elite econômica. Corroborando esta reflexão, Harvey (ibidem) apresenta a célebre frase de Margaret Thatcher ao se referir ao fundamento da ideologia neoliberal: “A sociedade não existe, apenas homens e mulheres individuais, e suas famílias”.

Assim, a partir do amplo convencimento das nações subdesenvolvidas, a ortodoxia neoliberal se consolida, dando início a mudanças, que aprofundaram o fosso entre as classes sociais contribuindo, dessa forma, para o advento de uma era de perda de direitos trabalhistas, privilégios do grande capital, aumento do desemprego e, principalmente, perda da soberania nacional, ao promover a privatização de empresas estratégicas, sobretudo nos países subdesenvolvidos. Além desses processos, neste momento da globalização neoliberal, a dinâmica empresarial também sofre alterações, isto é, observamos uma tendência a fusões de grandes empresas e a formação de trustes, ou seja, empresas que buscam controlar todos os setores da produção, o que lhes confere garantias de sobrelucro e grande capacidade de influenciar processos políticos (HARVEY, 2008).

Por esta razão, Santos (idem) argumenta que a política agora é feita no mercado e, de modo inverso, a política praticada no mercado equivale à decretação de morte da política, uma vez que esta deve ser pensada para o conjunto da sociedade e não para indivíduos (SANTOS, 2003:67). Nesta perspectiva, observamos que o Estado passa a estar

a serviço do grande capital<sup>3</sup>, favorecendo a elite dominante em detrimento da maioria, que sofre o impacto da expansão das empresas multinacionais, que buscam, a partir deste momento, as periferias do capitalismo, por apresentarem condições mais competitivas de produção para os capitalistas.

### **NEOLIBERALISMO, A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA.**

Sustenta-se que a situação/opção de política econômica adotada reflete sobremaneira na situação da classe trabalhadora brasileira. O estudo do projeto neoliberal se torna complexo na medida em que este não possui uma única forma de manifestação. Ao contrário, reserva estratégias e apresenta graus distintos de intervenção. A história evidencia que os países centrais conquistaram mais investimentos, no início da década de 1980, em detrimento dos países periféricos, que experimentavam uma situação crítica de estagnação econômica.

O Brasil se enquadrou nesta situação de crise, assim como a Argentina e o México, pois todos os planos e pacotes econômicos para a superação da crise haviam fracassado. Segundo Brum (2009), a crise no Brasil podia ser aferida através dos indicadores da produção industrial<sup>4</sup>, que mostravam poucos índices de desempenho, o que atingia outros setores da economia, sobretudo, os serviços. Além destes fatores, a crise brasileira apresentava outros sintomas, tais como, altas taxas de inflação, índices elevados de desemprego e subemprego, aumento das dívidas externa e interna, gerando um cenário de abandono da população, principalmente dos mais pobres, agudizando contradições e desigualdades sociais. Isso porque a pressão externa sofrida pelo Brasil fez com que o Estado se preocupasse em dirigir esforços para o pagamento da dívida externa em detrimento de projetos de desenvolvimento e de assistência à população.

Esse panorama de descaso gestou processos de organização que culminaram em uma das maiores manifestações da história do país, as Diretas Já, em 1984<sup>5</sup>. A vontade de mudança era tamanha que ganhou poder de convencimento uma proposta de governo aparentemente nova, aquela do governo de Fernando Collor de Mello, em 1989. Dois anos

---

3 Alguns autores como Miliband (1978), Lênin ([1918] 2007) e Harvey (2006) vão além, pois argumentam que o Estado alega que sua política é feita e executada em nome de todos, mas na verdade, ela é pensada apenas para a classe dominante, sem que as classes hegemônicas se deem conta disso; e por isso, concluem, o Estado é a classe dominante.

4 A indústria é considerada o carro chefe da expansão econômica no Brasil, por isso a sua utilização como indicador supremo nas análises de desempenho econômico.

5 Vale destacar que nesse período, a ditadura militar brasileira já apresentava sinais de declínio, sobretudo, com a eleição de um civil, mesmo que tenha sido indireta, ou seja, não foi eleita democraticamente.

depois, esse governo teve um desfecho desastroso, tendo o presidente passado por um processo inconcluso de impeachment, o que marcou o processo de redemocratização do país. Não só as Diretas Já, mas a própria abertura da Assembleia Nacional Constituinte representou uma esperança para os trabalhadores e a sociedade civil organizada como um todo. O resultado final foi uma Constituição que, pelo menos em teoria, significou conquistas sociais relevantes. Na prática, contudo, ela motivou desilusões, uma vez que poucas foram as efetivas mudanças sociais e econômicas após a sua promulgação.

Assim, o início da década de 1990 é marcado por uma série de retrocessos na luta dos trabalhadores, fato que esteve em consonância com a opção do governo pela orientação neoliberal. Segundo Brum (2009), o governo Collor<sup>6</sup> tentou esboçar um novo projeto de desenvolvimento, calcado na transição de um capitalismo tutelado pelo Estado para um capitalismo dito moderno, que deveria se mostrar mais aberto e competitivo. Nesse projeto, o capital privado lideraria a busca por melhor desempenho econômico.

Muitas foram as medidas econômicas orquestradas por este governo com o objetivo de alterar a organização da economia. Houve um aumento substancial das importações<sup>7</sup>, além de maior empenho da equipe econômica para tornar o Brasil um país mais atrativo no que tange a investimentos internacionais, bem como promover o equilíbrio das contas públicas, através de reajuste fiscal e de reformas tributárias (BRUM, 2009). Uma das medidas mais impactantes deste período foi a privatização de empresas estatais, iniciada em 1991. Para isso, Collor cria o Programa Nacional de Desestatização (PND), que teve continuidade nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso – FHC – e nos dois governos de Luís Inácio Lula da Silva – Lula –, embora de maneira reformulada. A justificativa para esse Programa assentava-se na intenção de reverter os recursos obtidos com a privatização para o abatimento da dívida externa, bem como em melhoria da infraestrutura econômica e em fomento da competitividade da indústria.

No entanto, a despeito de todas estas medidas, a comunidade financeira internacional não as viu com bons olhos, julgando-as heterodoxas e ineficazes<sup>8</sup>. Na contraface dessas políticas, o impacto sofrido pela classe trabalhadora foi altamente

---

6 Importante destacar que Fernando Collor surgiu como uma alternativa não radical e heterodoxa, em detrimento de seu concorrente nas eleições presidenciais, Luís I. Lula da Silva. Não podemos deixar de citar aqui todo o apelo da mídia em favor desta candidatura, mostrando sempre os aspectos positivos de um presidente atlético e jovem para a desejada mudança da imagem do Brasil no cenário mundial. Além disso, o discurso do presidente conseguia atingir amplas camadas da sociedade, por trazer à tona aspectos morais e antiesquerdistas.

7 Facilitadas pela desoneração e a desregulamentação do processo importador.

8 Além disso, o governo Collor agia messianicamente, uma vez que não possuía maioria na Câmara e no Senado, tendo que aprovar seus projetos mediante decretos.

desestabilizador, por fomentar importantes modificações na própria forma de organização da classe, reconfigurando-a. Esse impacto foi percebido por Fontes (2010) quando diz que as demissões, as primeiras privatizações e os planos ou pacotes econômicos acabaram reduzindo a participação popular na definição dos rumos do país.

Assim, como era de se esperar, dado o fato de o primeiro escalão do governo ser composto por profissionais despreparados e inexperientes, o governo Collor foi incapaz de conter a inflação e estabilizar a moeda, fato indispensável para uma política econômica consistente. Diante desse quadro, o governo se submeteu aos ditames do Consenso de Washington (1989), e acabou renegociando a dívida externa com os bancos credores. Por suas constantes falhas e pelas denúncias de corrupção, o governo Collor perde credibilidade e termina com sua renúncia, em 1992, devido à pressão do andamento do processo de impedimento do mesmo, organizado pela sociedade civil, que não havia perdido o espírito de luta, demonstrado em 1984 (FONTES, 2010).

Após esse período, com Itamar Franco assumindo o poder, o projeto neoliberal toma novo fôlego. Obviamente, a mudança de governo gerou desgaste. O novo governo tentou formular uma proposta de coalização com outros partidos, inclusive o PT e PDT, que a rejeitaram, já que visavam disputar as próximas eleições presidenciais, sem que sua imagem estivesse atrelada a um governo problemático e instável. Por esta razão, o governo de Itamar Franco é considerado como fundamental para a preparação de terreno, na busca para a consolidação do neoliberalismo no Brasil (BRUM, 2009; ALVES, 2002). Embora com uma tática já traçada, o projeto neoliberal só adquiriu concretude e confiança após a entrada de Fernando Henrique Cardoso, como ministro da Fazenda, em 1993.

Logo no início de seu mandato, FHC lançou o Programa de Ação Imediata, que procurou retirar o governo da inércia. Este programa tentou ser uma espécie de planejamento econômico e social, que orientaria a atuação do governo a médio e longo prazo. Suas principais medidas expressavam preocupação com a contenção da inflação, continuidade do processo de abertura econômica, superação da situação de pobreza e do abandono sofrido pela população, além de busca pela estabilidade política, que sempre será a moeda fundamental de um governo que vise angariar investimentos estrangeiros. Na conquista da almejada estabilidade, o governo ainda deveria abandonar a política recessiva de Collor, renegociar a dívida externa, combater o déficit público e aumentar as reservas cambiais do país.

Após o amadurecimento dessas medidas, o governo lança, em dezembro de

1993, o ataque à inflação através do Plano Real<sup>9</sup>. Com a implementação do Plano Real foi recuperada a capacidade de consumo da população brasileira, uma vez que foi diminuída a situação caótica vivida anteriormente. Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), o resultado geral dessas mudanças, iniciadas com o Plano Real, foi a fragilização financeira do Estado brasileiro, a acentuação de dependência tecnológica e o aumento da vulnerabilidade externa do Brasil (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

A arrancada neoliberal verificada no Brasil pode ser entendida como uma resposta à crise do modelo de substituição de importações. Para Filgueiras e Gonçalves (op. cit.) o neoliberalismo, no Brasil, se configura como liberal periférico. Liberal, pela natureza das reformas que o constituíram, privatização e desregulação do mercado de trabalho, e periférico, por ser uma forma específica de realização da doutrina neoliberal, sobretudo, por interferir em um país dependente. Somos tributários desta definição, uma vez que entendemos ser este um modelo que prima pela perda da soberania nacional através da diminuição da participação do Estado na economia, o que amplia as possibilidades de exploração da força de trabalho.

Desse modo, o neoliberalismo coloca o país em uma situação de vulnerabilidade, mormente, pelas pressões decorrentes do denominado mercado livre, em que todos aparentam entrar em condições similares de competitividade, ignorando-se a situação de desnível entre países periféricos e centrais (SODRÉ, 1995). O consequente aumento da dependência tecnológica do Brasil força a sujeição a acordos desvantajosos, em que determinadas mercadorias passam a ser produzidos no país somente com o objetivo de se utilizar a grande oferta de força de trabalho barata. Além disso, a dependência tecnológica se dá a partir da impossibilidade de o país desenvolver plenamente o seu parque industrial.

A partir desta maior abertura econômica e comercial, o país passa a receber também grande volume de capital especulativo, que não contribui para o desenvolvimento econômico e desilude os que acreditam que a sua vinda se constituiria numa espécie de defesa frente às sucessivas crises de acumulação. Mais do que um projeto político que vise proteger a hegemonia de uma classe, o neoliberalismo atua como colonização em moldes modernos, com novos formatos (BOITO JR, 2005, 2003). Mais uma vez, há uma utilização da periferia para reerguer os países centrais da crise. Oliveira (2008) argumenta que, por esta relação utilitária, o subdesenvolvimento é uma formação capitalista e não

---

9 Plano Real foi uma medida para conter os altos índices de inflação, a partir de uma equiparação da moeda brasileira com o dólar. Além disso, houve diminuição dos gastos públicos e aumento de impostos.

simplesmente uma etapa histórica. No próximo item, analisaremos a plasticidade e a especificidade assumida pelo neoliberalismo, entre 1994 e 2008, o que permitiu que fincasse suas raízes no Brasil, fazendo-se presente em dois governos com posições políticas distintas, na sua aparência.

### **FHC E LULA: DIFERENTES ESTRATÉGIAS POLÍTICAS PARA O APROFUNDAMENTO DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL**

O governo FHC inicia-se com demonstrações claras da orientação política que iria tomar. O novo presidente, em uma de suas primeiras frases, ao ser empossado, faz referência à necessidade de superar o período varguista, que vigia até então. A intenção era aprofundar a ortodoxia neoliberal, levando adiante as políticas iniciadas no governo Collor. Entretanto, FHC tinha um grande trunfo em suas mãos, a saber, o Plano Real, que possibilitou a estabilização econômica e a criação de um ambiente mais propício aos negócios.

Da mesma maneira que Collor, FHC deu continuidade ao Programa Nacional de Desestatização em novas bases. Segundo dados de Brum (2009), das 74 empresas estatais pertencentes à União, incluídas no PDN, 52 foram privatizadas. A grande mudança se deu no plano escalar, pois com a reformulação do PND avaliou-se a necessidade de também privatizar estatais que antes estavam sob o controle dos estados e municípios. Importante ressaltar que as privatizações foram comandadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A justificativa dada para as privatizações, sobretudo para a opinião pública, incluía desde o pagamento da dívida interna até a necessidade de maior abertura para a entrada de capitais estrangeiros, que seriam aplicados na modernização do país. Essa diretriz possibilitaria ao país adquirir um perfil de competidor internacional forte, uma vez que o Estado deixaria de intervir diretamente na dinâmica econômica do mercado, o que forçaria o aumento da competitividade da indústria brasileira (ALVES, 2002).

Sob o governo FHC foi privatizada uma das maiores estatais, a Companhia Vale do Rio Doce (CRVD), em 1997. E, a partir deste mesmo ano, inicia-se a concessão de serviços, como o das telecomunicações e energia, além da privatização de bancos e a completa retirada do Estado do setor ferroviário. Importante destacar que, para sustentar legalmente essas medidas, foi necessário alterar a Constituição de 1988. Assim, modificações no artigo que trata do gás canalizado e da navegação de cabotagem foram efetivadas para que fosse possível repassar esses setores à iniciativa privada. Ainda em 1995,



seguindo estas alterações, o Congresso aprova a mudança no artigo 177 da Constituição, retirando do Estado o monopólio da extração do petróleo e permitindo que empresas privadas participem da pesquisa, exploração, produção, refino e transporte do petróleo brasileiro.

Além de constantes emendas na Constituição de 1988, o governo FHC se empenhou em realizar três grandes reformas estruturais, em nome da estabilização econômica, do controle dos gastos públicos e da continuidade de um projeto de seguro desenvolvimento do país. A primeira delas foi a *reforma administrativa*, com o objetivo de reduzir os gastos com o funcionalismo público e de garantir maior eficiência para a máquina administrativa. A segunda delas foi a *reforma da Previdência Social*, com o objetivo de reestruturá-la, definindo limites de salários mínimos sob tutela do Estado e promovendo a participação de programas privados de saúde e aposentadoria. E a terceira foi a *reforma tributária e fiscal*, com o objetivo de simplificar o sistema tributário e aumentar a arrecadação. Contudo, todas essas reformas não puderam ser feitas de imediato, por causa da morosidade das votações no Congresso. Isto fez com que o governo adotasse a estratégia de tomar medidas de controle e enxugamento dentro dos limites legais vigentes, impactando de maneira torturante a vida dos trabalhadores, sobretudo os funcionários públicos.

Destarte, todas essas medidas estão circunscritas no conjunto de políticas que visavam conter o déficit público do Brasil, que, neste período, beirava a insustentabilidade. Já a partir de 1997, sentindo os reflexos das crises da Ásia e da Rússia e o ataque de capitais especulativos, o governo FHC afirma ainda mais a sua postura conservadora ao fixar a meta do superávit primário. Segundo o Fórum Brasileiro de Orçamento (FBO), o superávit primário, inicialmente, era utilizado para diferenciar o gasto efetivado do pagamento da dívida. Posteriormente, a partir de orientação mais incisiva do FMI, já em meados da década de 1990, o governo passa a ter como objetivo arrecadar mais do que gasta. Segundo o FBO (2004), nessas circunstâncias, o superávit primário<sup>10</sup> representou uma ferramenta contábil para retornar o cerne da política econômica, direcionada, primordialmente ao pagamento da dívida. Assim, o governo deixa de investir em programas e ações essenciais ao bem estar da população. Além disso, mesmo com este recurso, o governo não conseguiu conter o déficit público, como expressos na tabela a seguir:

---

10 O governo pode obter superávits primários mediante três estratégias, corte de gastos, aumento da receita e/ou elevar o produto da renda.

Tabela 1 - Contas Públicas (União, Estados e Municípios) de 1999-2003, em % do PIB

	1999	2000	2001	2002	2003
<b>Superávit Primário (A)</b>	3,19	3,46	3,64	3,89	4,32
<b>Juros (B)</b>	8,97	7,08	7,21	8,47	9,49
<b>Déficit Público (A-B)</b>	-5,78	-3,61	-3,57	-4,58	-5,16

Fonte: Banco Central, 2005.

Dessa forma, podemos observar que o governo ao estipular metas de superávit primário, acaba por impactar negativamente a vida dos trabalhadores e da população em geral, uma vez que promove contenção de gastos, ajuste fiscal e arrocho salarial. Nessa situação, há um aumento dos tributos pagos pela população em detrimento dos gastos de responsabilidade do governo. Assim como FHC, Lula também se empenhou em obter superávits primários elevados, obedecendo, portanto, aos ditames e metas do FMI (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007; BOITO JR, 2010)<sup>11</sup>. Por esta razão, os autores são categóricos ao afirmar que o período Lula foi tão neoliberal quanto o de FHC. No entanto, o período Lula, segundo os autores, foi marcado por uma trajetória econômica instável que resultou em baixas taxas de crescimento do PIB.

Estes fatores encontram-se relacionados ao investimento direto reduzido e às elevadas taxas de desemprego. Esses mesmos autores indicam a mediocridade dos resultados alcançados pela economia no período Lula, apesar de uma conjuntura internacional bastante favorável a partir de 2003 (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007). Dentre as numerosas causas da situação externa favorável, a mais importante delas refere-se ao dinamismo de duas grandes economias, China e Estados Unidos, que apresentaram um crescimento médio do PIB acima dos 3%; sendo importante destacar que ambas respondem por mais de 15% do PIB mundial. Outras economias como a da Europa e do Japão também apresentaram crescimentos expressivos, contribuindo, portanto, para a existência de uma conjuntura internacional favorável<sup>12</sup>.

O governo Lula não foi capaz de promover um real padrão de desenvolvimento. Ao contrário, configurou-se a continuação da adaptação passiva e regressiva do país ao sistema econômico em geral e ao sistema mundial de comércio, em

11 Importante destacar que o governo Lula, em 2004, se comprometeu a estabelecer metas de superávits primários superiores àquelas propostas pelo FMI. Enquanto este requereu uma taxa de 3,75% do PIB, Lula se comprometeu com uma taxa de 4,25%, que chegou a atingir 5,76% no primeiro semestre de 2004, segundo o Fórum Brasil de Orçamento.

12 Certamente, durante o governo FHC, houve fatores externos que não garantiram um ambiente internacional favorável, mas o que ficou flagrante foi que os países periféricos, exceto o Brasil, apresentaram, no período de 1995-2002, resultados superiores, por não terem adotado as políticas de ajuste propostas pelo FMI (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

particular (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007). Para Feijó e Almeida (2005, apud FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007), o retrocesso pode ser sentido sobretudo na indústria, quando este setor da economia é analisado a partir de três aspectos. O primeiro refere-se à comparação da evolução da industrialização ocorrida em países emergentes, que evidencia o atraso do Brasil. O segundo diz respeito ao fato da indústria de transformação ter deixado de puxar a economia, não sendo substituída por nenhum outro setor com o mesmo dinamismo, ocasionando taxas pífias de crescimento do PIB. E, por fim, a perda e a desarticulação de segmentos industriais importantes, promovendo competição da economia em setores intensivos em recursos naturais, e reduzindo a importância relativa da indústria.

Por esta razão, as críticas direcionadas ao governo Lula dizem respeito à tendência ao reforço de padrões de inserção internacional retrógrados, relacionados à crescente dependência da exportação de commodities, o que teria aumentado a vulnerabilidade externa do país<sup>13</sup>. Não sem razão, os autores citados concluem que o avanço do processo de liberalização econômica está associado à perda de eficiência do sistema financeiro brasileiro. Para Paulani (2003), o governo Lula justificou esta tendência liberalizante, isto é, a continuidade da política econômica do governo FHC com o argumento de que não havia outra solução, sendo necessário atender às demandas do FMI para que o desenvolvimento e o crescimento econômico do Brasil tivessem continuidade. Por esta razão, a autora afirma que a tendência do governo Lula à liberalização favoreceu ao capital especulativo, que lucra com altas taxas de juros, prejudicando a economia brasileira como um todo, pois há aumento excessivo das taxas de juros, com perda de empregos, renda e direitos para as classes médias e setores populares (PAULANI, 2003).

Para remediar o descontentamento da população mais carente, o governo Lula apostou na formulação de políticas sociais focalizadas de combate à pobreza, que nascem, contraditoriamente<sup>14</sup>, no bojo das reformas liberais. Tais políticas não têm outro objetivo senão o de compensar os desequilíbrios sociais causados pelo projeto liberal, vigente desde meados da década de 1980 no Brasil. Há por trás disso tudo, claramente, uma lógica perversa. Primeiro porque estas políticas, voltadas para as classes sociais mais baixas, estão assentadas em conceitos de pobreza limitados<sup>15</sup>, que não expressam a realidade. Desse

---

13 Vulnerabilidade externa é a capacidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

14 Contraditoriamente, pois as políticas neoliberais surgem com a intenção de pôr fim às compensações ou direitos sociais. Não resta dúvida que o neoliberalismo canaliza sua força para a destruição dos direitos sociais, conquistados pelas lutas dos trabalhadores, em escala mundial.

15 Tais como aqueles criados pela ONU, que sistematiza qualitativamente quem é ou não miserável, através de uma renda diária que é diferente de país para país. A pobreza nem sempre é expressa em números, mas em qualidade de vida, em acesso à educação e saúde, por exemplo.

modo, essas políticas tendem a não anunciar o montante correto de pobres bem como suas necessidades vitais. Conseqüentemente, omitem os gastos que deveriam ser feitos para superação das carências desta parcela da população. Além disto, a escolha dos beneficiados por essas políticas é feita a partir de metodologias extremamente restritas, que levam em consideração apenas a renda da família, dividindo a classe trabalhadora em categorias internas à própria pobreza.

Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), as políticas focalizadas tendem a se adequar aos ajustes fiscais do Banco Mundial e do FMI, tornando-se, portanto, políticas de natureza mercantil e não assistencial. Assim, as políticas focalizadas ao serem políticas de transferência de renda direta, acabam transformando a população pobre em meros consumidores tutelados.(FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

Além destas conseqüências para a classe trabalhadora, com as sucessivas alterações dos artigos da Constituição de 1988, que a desconfiguraram, temos, a partir de 1994, uma radical transformação nas políticas universais. Criou-se um mecanismo de desvinculação entre receitas e despesas, permitindo que os governos passassem a utilizar 20% do total de arrecadação do obtido através de impostos e contribuições federais. Esse mecanismo deu origem, ainda em FHC, ao Fundo Social de Emergência (FSE), depois Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e hoje, Desvinculação das Receitas da União (DRU). Segundo os autores supracitados, os sucessivos governos renovaram a validade deste mecanismo. Consoante a isso, a CPMF – Contribuição Provisória de Movimentação Financeira, criada para o financiamento da saúde, tornou-se também uma fonte de recursos do governo para o pagamento da dívida pública. Segundo dados da UNAFISCO – Sindicato Nacional dos Auditores da Receita Federal – houve o desvio de 18% do total de arrecadação da CPMF, no período de 1997-2006, ou seja, 18% do total foi desviado da saúde para o pagamento da dívida pública.

Portanto, observa-se que nos governos de FHC e Lula as políticas se voltaram para a transferência de renda do conjunto da população para o capital financeiro. Percebe-se, dessa forma, que ambos governos fomentaram políticas conservadoras e regressivas, inseridas na lógica liberal, em que a hegemonia do capital financeiro impera sobre as necessidades da população. Contudo, a despeito desses mecanismos políticos perversos, é notório que as políticas focalizadas reduziram, de forma imediata e provisória, as situações de extrema miséria existentes no Brasil, como por exemplo, o Programa Bolsa Família<sup>16</sup>,

---

16 Programa de transferência direta de renda a famílias carentes (renda per capita inferior a 70 reais mensais).

iniciado com FHC e consolidado com Lula.

Segundo estudiosos das políticas focalizadas, o Programa Bolsa Família, durante o governo Lula, assumiu proporções inéditas<sup>17</sup>, haja vista a ampliação drástica do número de beneficiados e os montantes transferidos, se considerados os dois governos. Se fizermos um panorama dos gastos sociais do governo Lula, observaremos que os destinados à saúde, à educação, à habitação, ao saneamento e à organização agrária tiveram aumentos pífios, enquanto os gastos com o Programa Bolsa Família mais que dobraram entre 2003 e 2006, crescendo a 150% no período. Assim, apesar de jogarem o mesmo jogo, isto é, aprofundarem o neoliberalismo sem precedentes no Brasil, as regras utilizadas nos governos FHC e Lula foram diferentes. Lula atribuiu enorme importância às políticas sociais focalizadas, apreendendo sua função amortecedora das tensões sociais no interior do projeto liberal.

Não há dúvida que este seja o objetivo principal de tais políticas, já que estas não impedem a reprodução estrutural da pobreza. Por esta razão, os maiores índices de votação de Lula, nas eleições de 2006, originaram-se de regiões e estados de maior carência e, conseqüentemente, onde há mais concentração de beneficiados pelo Programa<sup>18</sup>. Além disso, programas como o Bolsa Família possuem função ideológica específica, já que permitem atribuir viés progressista ao governo Lula, acobertando a política econômica liberal ortodoxa. Por outro lado, o Programa Bolsa Família não pode ser considerado universal, pois além dos critérios de seleção utilizados, não consegue suprir as necessidades mínimas de famílias e pessoas. Outro fator importante é que a renda transferida para as famílias não constitui um direito, podendo ser retirada ou reduzida em qualquer governo. O programa transforma-se, assim, em uma valiosa moeda política, constituindo-se como um fator chave para eleição de Dilma Rousseff, em 2010 e em 2014.

O governo Lula se preocupou em expandir suas políticas focalizadas criando o Programa Universidade para Todos - PROUNI, que concede bolsas de estudos em universidades particulares e ampliando o apoio ao microcrédito, que outorga crédito aos segmentos mais pobres, mas não miseráveis. Estes programas, devemos salientar, estão circunscritos em uma lógica liberal. O PROUNI foi fruto da expansão de crédito para as universidades particulares a fim de que ampliassem o número de vagas, mas isso absorveu grande número de vagas ociosas. O governo então, através do citado programa, financia e

---

17 Vale lembrar que o Programa Fome Zero ganhou destaque no início do primeiro mandato de Lula, tornando-se secundário após a centralidade assumida pelo Programa Bolsa Família, ainda neste mandato.

18 Este fato despertou a ira dos psdbistas do sudeste, que difundiram mensagens xenófobas pela internet, legitimando, desta forma, ações de grupos extremistas.

custeava estas vagas, oferecendo-as a pessoas mais carentes, que não conseguiram ser admitidas em universidades públicas. Já o programa de microcrédito tem o objetivo de integrar a produção dos mais pobres no mercado, mas, na verdade, tem sido dirigido para atividades tradicionais que não conseguem se sustentar na competição capitalista.

## **A DESREGULAÇÃO DO TRABALHO NA HISTÓRIA DO BRASIL**

Para compreender como a crise econômica impacta o mundo do trabalho no Brasil é necessário retornar aos últimos anos da década de 1970, sobretudo ao período de transição à democracia, que coincidiu com a propagação da ortodoxia neoliberal e a flexibilização das relações trabalhistas. Segundo Badaró (2009), o ano de 1978 apresentou sucessivos choques no sentimento de segurança que a ditadura pretendeu representar. Neste ano, ocorreram greves de grande mobilização no ABC paulista, que tiveram desdobramentos igualmente importantes, como a criação do Partido dos Trabalhadores – PT, em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores – CUT, em 1983.

Importante destacar que as greves do ABC indicaram o acúmulo político alcançado pelos trabalhadores e operários das fábricas. A grande adesão dos trabalhadores à greve decorreu, principalmente, da proximidade entre dirigentes e bases. Luís Inácio Lula da Silva surge como um grande líder neste momento, por fazer frente à política implementada pela equipe econômica comandada por Antônio Delfim Netto. A intenção dos sindicalistas era trazer à tona um sindicalismo que rompesse com a estrutura de representação dos interesses da classe trabalhadora vigente até então, em que o sindicato era atrelado ao Estado<sup>19</sup>.

A onda grevista expandiu-se na escala do poder, ou seja, aglutinou mais trabalhadores, tendo o Sindicato dos Metalúrgicos, de São Bernardo do Campo, em São Paulo, como referência central. As greves ocorridas, sobretudo em 1978, mobilizaram distintos segmentos da classe trabalhadora, abarcando desde médicos até cobradores de ônibus, passando por professores e canavieiros. No entanto, já no início da década de 1980 a mobilização sofre uma sensível redução, em função de conjuntura marcada pelo desemprego e de uma crise financeira que envolveu empresários e governo, que já negociavam o endurecimento da legislação sindical. Em 1983, o movimento sindical ganha

---

19 Até então, os sindicatos eram tutelados pelo Estado, ou seja, seus dirigentes eram escolhidos ou pertenciam ao Estado, além das pautas reivindicatórias serem, antes, avaliadas pelo Ministério do Trabalho. Por esta razão, tinham a função de prestar serviços assistenciais aos seus filiados, o que faria destes sindicatos verdadeiros balcões de serviços.

novo fôlego conseguindo organizar jornadas de lutas e greves importantes naquela década.

Segundo Badaró (2009) este novo fôlego fez com que aumentassem o ritmo das greves e a diversidade dos segmentos envolvidos, expandido-se, inclusive, para outros territórios. As greves por categoria continuaram a existir, mas ampliaram-se também as paralisações por empresas (BADARÓ, 2009, p. 121). Igualmente relevante, foram as paralisações gerais, que contribuíram para unificar bandeiras de luta e reforçar o poder da classe. Além disso, expandiram-se as pautas de luta, já que outras demandas foram anexadas às existentes, como a reforma agrária e a suspensão do pagamento da dívida externa. Para Giannotti (2009) a greve geral de 1989, que aglutinou mais de 20 milhões de trabalhadores, representou uma das maiores mobilizações da classe trabalhadora, permanecendo como a última demonstração da força do movimento sindical.

Nas greves da década de 1980, as principais reivindicações estiveram referidas ao reajuste salarial, uma vez que a inflação reduzia as condições de sobrevivência das famílias. Segundo Badaró (2009), as greves foram uma forma de trazer a público as consequências sociais de um modelo econômico baseado na concentração de renda, que já começava a dar sinais de esgotamento.

As greves conseguiam dar sustentação ao movimento sindical, que estava no centro do debate político nacional. Ainda segundo Badaró (2009), o ponto mais relevante alcançado nesta desconcentração política governamental foi a criação das centrais sindicais. A CUT foi uma destas tentativas de aglutinar todo o sindicalismo combativo brasileiro em uma única frente de luta. No Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras – CONCLAT, que deu origem à CUT, aprovaram-se os princípios fundamentais da nova central, que incluíam: a defesa da democracia sindical; unidade da classe trabalhadora; liberdade e autonomia sindicais; e organização por local de trabalho. Mesmo assim, a criação da CUT não foi capaz de aglutinar todos os movimentos. Muitas forças se opuseram à formação da CUT, uma vez que acreditavam ser prioritária a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para pôr fim à ditadura<sup>20</sup>

Além disso, as forças contrárias a criação da CUT – PCB, PC do B e MR-8<sup>21</sup>, entre outros – sustentavam que o formato da organização sindical deveria ser baseado em uma central de direções sindicais, contrariando os fundadores da CUT, que acreditavam que a organização deveria ser construída pela base. Os opositores da CUT se organizaram noutra estrutura sindical a Confederação Nacional das Classes Trabalhadoras (também

---

20 Isso porque não viam na CUT uma entidade capaz de representar a classe trabalhadora como um todo.

21 PCB– Partido Comunista Brasileiro; PC do B – Partido Comunista do Brasil; MR-8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro.

CONCLAT), que conseguiu aglutinar diversos sindicatos urbanos e rurais. Mais tarde, em fins da década de 1980 e início da década de 1990, a CONCLAT daria lugar à Central Geral dos Trabalhadores – CGT. Esta nova central possuía, entre os seus aliados, diversos dirigentes ligados à ditadura e ao sindicalismo pelego, forçando, por isso, a saída dos militantes de esquerda deste espaço político, que ingressariam na CUT já nos anos de 1990 (BADARÓ, 2009).

Seguindo a concepção política da CGT, outras centrais sindicais surgem, entre as quais a Força Sindical, que apesar da pouca expressividade dos seus filiados, se fez presente na cena política, na década de 1990, por dar apoio ao governo e ao empresariado, com uma proposta de sindicalismo de resultados. Apesar de outras centrais, a CUT preservou um número expressivo de filiados e a sua importância estratégica no cenário político. No entanto, a era do novo sindicalismo proposto pela CUT finda com a redemocratização do Brasil, bem como, com a Constituição de 1988 e com as eleições presidenciais de 1989. A CUT cumpriu seu papel ao garantir maior autonomia do movimento sindical, possibilitando a sindicalização para o funcionalismo público e o fim do estatuto padrão, entre outras conquistas. No entanto, havia indícios de que, legalmente, algumas vitórias alcançadas pela CUT não estavam garantidas. A manutenção da unicidade sindical, do imposto sindical e do poder normativo da Justiça do Trabalho sugere que a herança corporativista continuou tendo um peso importante na atuação do movimento sindical. A CUT, depois de sua primeira década de existência e conquistas, sofre mudanças substanciais em sua condição política, o que se refletirá na luta da classe trabalhadora (DRUCK, 1996).

A década de 1990 trouxe grandes modificações na atuação do movimento sindical, aumentando drasticamente o intervalo entre mobilizações. Por outro lado, essas mudanças culminaram com a diminuição do número de greves a partir de 1997, como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela2- Número Anual de Greves no Brasil: de 1992 a 2008

<b>Ano</b>	<b>Total de Greves</b>
1992	557
1993	653
1994	1034
1995	1056
1996	1258
1997	630



---

1998	546
1999	507
2000	526
2001	420
2002	304
2003	340
2004	302
2005	299
2006	320
2007	316
2008	411

---

Fonte: DIEESE, 2011<sup>22</sup>

A partir desta tabela, é possível observar a diminuição do número de greves<sup>23</sup> no Brasil em 1997, o que pode ser explicado pelo impacto da conjuntura nacional e internacional sobre a classe trabalhadora. As décadas de 1990 e 2000, como evidenciamos em tópicos anteriores, representaram o aprofundamento do neoliberalismo no Brasil. Para a classe trabalhadora, a ortodoxia neoliberal trouxe sérias dificuldades de organização, conseguindo, através do desemprego e da precarização do trabalho, anestesiar a luta da classe trabalhadora. O amortecimento da ação sindical decorreu, segundo Antunes (2010), fundamentalmente da redução do número de operários nas fábricas, em função da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, e, também, da maior especialização exigida pelo novo modo de acumulação, que exclui parcelas da classe trabalhadora do mundo do trabalho. Uma especialização que, contraditoriamente, é simultânea ao retorno a formas mais selvagens de sobreexploração da mão de obra, como o trabalho infantil e escravo. Neste contexto, aumenta a responsabilidade atribuída ao trabalhador, que é chamado a participar do lucro da empresa e a apresentar níveis mais elevados de controle de qualidade, em uma total colaboração entre capital e trabalho (ANTUNES, 2010).

Tais mudanças, somadas à dificuldade de sustentação financeira dos sindicatos<sup>24</sup>, reduziram as taxas de sindicalização e, conseqüentemente, fizeram retroceder a luta por melhores condições de trabalho. Além disso, este período de refluxo foi marcado pela permanência da estrutura sindical corporativista e das opções políticas de lideranças da

---

22 Disponível em [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br) Acesso em: 18 julho 2011.

23 Nesta tabela estão sendo consideradas as deflagrações de greve por categoria.

24 Essas dificuldades financeiras se devem a baixa sindicalização, que contribuiu para a diminuição da receita dos sindicatos. A baixa sindicalização se deveu ao aumento do desemprego e das formas precárias de inserção no mercado de trabalho, isto é, aumentou-se o número de trabalhadores que não poderiam ser representados pelos sindicatos, pois não eram regularizados.

CUT (BADARÓ, 2009, p. 126) em apoiar a política do governo e apresentar um discurso acrítico em relação às mudanças no mundo do trabalho, já no primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva. A classe trabalhadora passou por uma radical transformação, uma vez que as novas formas de gerenciamento da produção originaram outras percepções da importância dos sindicatos. Alguns autores chegaram a declarar o fim da classe trabalhadora, mas esqueceram de incluir, em suas análises, que as relações sociais ainda são marcadas pela distinção entre aqueles que dependem do seu trabalho, ou seja, que vendem sua força de trabalho em troca de salário, e aqueles que vivem do lucro oriundo da exploração do trabalho, por deterem os meios de produção (BADARÓ, 2009; ANTUNES, 2010).

Alguns sintomas da reestruturação sindical podem ser sentidos a partir da análise dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, onde a pressão dos sindicatos foi essencial para garantir, na Carta, direitos trabalhistas como: redução da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho por turnos, licença maternidade, entre outros. No entanto, cabe registrar que a capacidade de produzir mudanças e garantir direitos foi menor no que concerne a estrutura sindical. Isso equivale a dizer que a CUT em 10 anos, de 1983 a 1993, perde fôlego e capacidade política, e alguns dos seus militantes transformam-se em dirigentes de grandes máquinas sindicais, secundarizando questões estruturais dos sindicatos.

Dessa forma, os sindicatos dispostos a lutar politicamente por suas pautas, passam a conviver com sindicatos menos comprometidos com a classe trabalhadora. O surgimento de novos sindicatos, a partir da década de 1990, apresenta dois lados: o positivo, que corresponde a democratização da representação, e o negativo, que corresponde ao surgimento de sindicatos que se limitavam a recolher o imposto sindical, dele dependendo vitalmente. Além disso, a manutenção do imposto sindical reproduziu em entidades com históricas lideranças e trajetórias combativas, a dependência de recursos arrecadados compulsoriamente junto à categoria (BADARÓ, 2009, p. 134).

A permanência da estrutura sindical criou situações peculiares. Em fins do governo FHC, mais precisamente em 1998, houve uma proposta de reformulação da estrutura sindical. Contraditoriamente, porém, o movimento sindical se viu ameaçado quando o governo propôs o fim do imposto sindical e a instituição da pluralidade sindical, bandeiras de luta da CUT dos anos 1980. No entanto, a proposta de reforma da estrutura sindical pretendia que a Justiça do Trabalho permanecesse à frente da definição de qual sindicato poderia ser considerado representativo e, portanto, seria legítimo para fins de

negociação e contratação coletiva. Em suma, a proposta ia contra a autonomia dos sindicatos, uma vez que não ficaria a cargo dos sindicalizados a escolha de quem os representaria, mas, sim, ao Estado. Segundo Badaró (2009), o objetivo desta reforma seria a de criar sindicatos por empresa, parceiros do empresariado, comprometidos com o aumento da produtividade e do lucro (BADARÓ, 2009, p. 135), no intuito de minimizar os conflitos.

Diante dos termos desta proposta, diferentes estratégias vieram à tona, com o objetivo de não sucumbir frente ao aparato configurado pelo Estado. A Força Sindical apoiou o governo e o patronato procurando passar a imagem de que as soluções viriam da negociação. Enquanto isso, as outras centrais sindicais direcionaram suas ações à acomodação ao já existente, isto é, à estrutura sindical herdada. A partir deste direcionamento, as diferenças entre as concepções políticas das centrais sindicais se desfizeram, uma vez que as centrais mais combativas se resignaram aos limites apresentados pela conjuntura.

Na década de 1990, o grupo majoritário da CUT apresentou a proposta do sindicalismo orgânico<sup>25</sup>, em detrimento da estrutura antes defendida, que implicava a unicidade das lutas e a divisão das entidades sindicais por ramos de atividade. Posteriormente, esta proposta sofreria nova reformulação, sendo propostos sindicatos nacionais<sup>26</sup>. No entanto, esta proposta sofreu severas críticas, uma vez que minaria a concepção de sindicato como frente única dos trabalhadores, aproximando-se de uma concepção europeia de organização sindical, na qual os sindicatos têm de ser ideologicamente compatíveis com as centrais. Isso implicaria, em perda de autonomia para os sindicatos, que ficariam sob o comando das centrais. Da mesma forma, essa proposta contribuiria para um maior afastamento entre os sindicatos e suas bases, bandeira de luta da CUT dos anos 1980.

Vale ressaltar que essas mudanças na concepção da CUT já estavam em curso desde o seu 3º Congresso, em 1988, quando se propôs intervalos maiores entre congressos e a redução do peso da representação da base e oposições, expandindo o poder decisório da direção. Evidencia a mudança ideológica da CUT o seu posicionamento em relação à reestruturação produtiva, o qual propunha uma atitude individual de cada trabalhador

---

25 Sindicato Orgânico seria aquele independente do Imposto Sindical, isto é, seu sistema financeiro estaria calcado apenas nas contribuições associativas pondo fim à arrecadação compulsória. Entendia-se que assim, os sindicatos teriam mais liberdade de atuação.

26 Badaró (2009) afirma que a CUT sofreu influências externas para elaboração desta proposta, uma vez que em 1992 a CUT filia-se à CIOISL – Central Sindical Internacional, ligada ao sindicalismo dos EUA e ao social-democrata europeu.

frente ao desemprego estrutural que ameaçava a todos. A central chegou a defender que a reestruturação deveria ser entendida como uma etapa positiva para os sindicatos por permitir uma intervenção mais concreta na negociação com o empresariado<sup>27</sup>.

No 6º Congresso Nacional da CUT - CONCUR, ocorrido em 1997, a direção nacional lança um caderno único de teses, em que defende a inovação tecnológica e a modernização industrial, apontando o desemprego como produto da deficiência de modernização econômica. É possível reconhecer as influências destas proposições na negociação entre o Sindicato dos Metalúrgicos, do ABC paulista, e as grandes montadoras. Este sindicato, remanescente do novo sindicalismo, fechou acordos que ampliaram o controle empresarial sobre a jornada de trabalho (horas extras não remuneradas – bancos de horas), a redução de salários, a política de incentivos a demissão e o fechamento de postos (por meio da demissão voluntária)<sup>28</sup> (BADARÓ, 2009, p. 140). Contudo, já em 1999, houve demonstrações de resistências, sobretudo entre os trabalhadores organizados em comissões de fábrica, notadamente na Volks e na Ford.

A partir do exemplo acima, é possível reconhecer que o receio do desemprego em massa moldou a atuação dos sindicatos. Ainda assim, é necessário reconhecer que a CUT foi capaz de construir amplas frentes de luta contra a ortodoxia neoliberal, principalmente quando da *reforma trabalhista* do governo FHC e da greve dos Petroleiros, em 1995. Mas, então, como explicar a mudança de postura da CUT, sobretudo a partir de 2003, após a chegada de Lula à presidência? Para responder a esta pergunta, alguns fatos devem ser apurados. Segundo Boito Jr. (2003) é de primordial importância compreendermos que tanto a CUT quanto o próprio PT não mudaram as suas diretrizes de forma solitária. Houve, antes, a adesão da classe média ao neoliberalismo como também das classes populares atraídas pelas promessas da globalização, embora os reais beneficiados tenham sido a burguesia e a elite econômica (BOITO JR, 2003).

Em 2003, foi apresentada pelo governo a contrarreforma da Previdência, sem qualquer consulta aos trabalhadores organizados. A proposta foi apresentada no Conselho de Desenvolvimento Econômico Social – CDES, onde estavam presentes representantes de empresários devedores do sistema previdenciário e sindicalistas cutistas. A despeito da esperança gerada pela eleição de Lula, os trabalhadores, sobretudo os funcionários

---

27 Para a CUT, a reestruturação produtiva geraria maiores choques de interesses, representando mais momentos de negociação com o empresariado.

28 O Plano de Demissão Voluntária – PDV é um acordo entre empregador e trabalhador, cujo objetivo principal é enxugar o quadro de pessoal da empresa. Neste, o empregador se compromete a pagar as parcelas e os valores contidos no recibo de quitação assinado pelo trabalhador que se demite, portanto, não há preocupação em liquidar os débitos trabalhistas do empregador.

públicos, foram duramente afetados pela reforma, que culminou em uma greve nacional dos servidores públicos federais<sup>29</sup>.

Para conter os descontentamentos foram utilizados métodos clientelistas tradicionais, como a compra de votos e promessas de cargos no governo e nas estatais, bem como o possível pagamento em dinheiro a parlamentares, que ficou conhecido como o mensalão<sup>30</sup>. Embora a CUT apresentasse críticas pontuais ao projeto do governo, compactuou com a sua concepção geral, ao aceitar a institucionalização de um teto dos proventos e a criação de uma abertura para aposentadorias complementares, em substituição ao direito à aposentadoria integral dos servidores (BADARÓ, 2009, p.147).

Portanto, a CUT passa a defender uma política sindical de conformação à ordem, e também, posicionando-se como uma aliada do governo na implementação de políticas neoliberais, que expurgam direitos trabalhistas conquistados há décadas. A CUT sofre, a partir deste momento, profundo esvaziamento, principalmente daqueles sindicalizados comprometidos com uma posição combativa. Esse fato fomentará a criação de novas centrais que veem a CUT como central sem legitimidade para a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

## **O GOVERNO DILMA E A CONTINUIDADE DA DESREGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO.**

Os dois mandatos do governo Dilma (2010-2014 e 2014- abril de 2016) têm como característica o aprofundamento da política de desregulação do trabalho sob a lógica neoliberal, iniciada no governo FHC. Argumentamos, portanto, que assim como os dois governos Lula, o governo Dilma representou a continuidade de um projeto para a classe trabalhadora, qual seja, flexibilizar ao máximo seus vínculos empregatícios, favorecendo sobremaneira àqueles que compram a força de trabalho. Sem dúvida, o governo Dilma se insere em um duplo momento de crise – político e econômico – que são retroalimentados.

As crises econômicas (que originam as crises políticas e essas se tornam interdependentes) são inerentes ao sistema capitalista e tendem, por isso, a ocorrer de períodos em períodos não datáveis. Para Marx (1980, II, p.939) a crise é justamente a fase de estorvo e interrupção do processo de acumulação (NETTO & BRAZ, 2012).

Com base nesta definição, identificamos com alguma facilidade que a crise atual

---

29 A greve de 2005 lutou sobretudo pelas mudanças no plano de aposentadoria, que os forçaria a trabalhar mais anos.

30 A CUT se encontra neste meandro, em que dirigentes passaram a receber cargos e, possivelmente, dinheiro para enfim declarar-se contrária à greve dos servidores públicos naquele ano (BOITO JR, 2003).

experimentada pelo Brasil, iniciada nos Estados Unidos da América (crise dos *subprimes*), se estende como um rastilho de pólvora para a Europa e depois, para os países da América Latina. No entanto, é evidente que os impactos da crise são sentidos de forma diferente não somente entre os países, mas, sobretudo, entre as classes sociais. Em outras palavras, os custos da crise não são iguais para todos e nesse processo, a classe trabalhadora sempre paga o preço mais alto.

A mais recente crise deu origem à uma política agressiva ao mundo do trabalho, tal qual a reforma sindical, iniciada com FHC. No entanto, além das dificuldades postas à organização sindical, se atacou a estabilidade do funcionalismo público brasileiro (primeiro setor a se torna alvo de tais políticas). Entre tantas, elegemos duas leis importantes e em tramitação no congresso que podem ser consideradas características evidentes do projeto neoliberal em curso. São elas o PLP 257/16 e o PLC 30/15 (ex- PL 4330).

O PLC 30/15 prevê a regulamentação dos contratos de terceirização para as atividades-fim. Em linhas gerais, esse é um projeto de lei que, se aprovado, possibilitaria que a atividade docente ou médica em uma instituição pública, por exemplo, possa ser executada por profissionais contratados de forma precária/flexível. Ao que tudo indica, trata-se de mais uma tentativa de privatizar os setores públicos (em qualquer escala, municipal, estadual ou federal). Assim, paulatinamente, a classe trabalhadora é diretamente atingida, sob o argumento de enxugamento das contas públicas, em função da crise que se instalou no país.

Outro importante ataque do governo à classe trabalhadora está circunscrito no projeto de lei complementar 257 de 2016, que tramita em caráter de urgência na câmara. Este retira diretamente os direitos básicos conquistados pelo funcionalismo público, como progressões de carreira, congelamento de salários, destruição da previdência social e revisão do Regimento Jurídico dos servidores. A alegação para a execução do projeto de lei é a mesma, o reequilíbrio fiscal. Além dos direitos trabalhistas, estão previstos cortes no orçamento, sobretudo para a educação e saúde.

Destarte, mais uma vez, a classe trabalhadora brasileira está pagando por uma crise econômica que ela não promoveu. Segundo Netto (*ibidem*), as crises são fundamentais para a reprodução do próprio sistema capitalista, uma vez que à depressão inicial (desemprego, cortes orçamentários, retiradas de direitos) segue-se a retomada, período em que a economia se renova (fruto da sobrevivência de empresas que se fundem a outras, aumentando a produção de mercadorias) e o desemprego tende a diminuir; e, por

fim, a economia apresenta um crescimento (ou boom) em que a produção de mercadorias retoma seu ritmo acelerado de produção, até que uma nova onda de crise se instala, dando início a outra forma de reprodução do capital.

Os ciclos de crise associados à alternativa neoliberal imposta pelo governo à classe trabalhadora são hoje o principal motivador da resistência e organização da mesma. Vê-se eclodir em todos os países grandes movimentos de greves e paralisações, muitas delas reprimidas de forma violenta pelo Estado. Por pior que seja o cenário econômico e político, a classe trabalhadora tem conseguido se organizar e mostrar para o restante da sociedade sua consciência de classe, deixando claro, muitas vezes, que não está na luta para conter a crise, o projeto de país da burguesia ou mesmo um governo que a represente, mas, sim, se organiza contra o capitalismo, apostando que um outro sistema econômico é possível.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALVES, Giovanni. Trabalho e Sindicalismo no Brasil: Um balanço crítico da década neoliberal (1990-2000). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n.19, p. 71-94, nov. 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Contexto, 2010.

BADARÓ, Marcelo. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

BOITO JR, Armando. A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, n.17, p. 10-36, jul. 2006

BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 2009.

FILGUEIRAS, Luis; GONÇALVES, Ronaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: ContraPonto, 2007.

FONTES, Virginia. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2010.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: NPC, 2009.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2010.

\_\_\_\_\_ **Neoliberalismo**. História e Implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_ **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2006.

- \_\_\_\_\_ **Condição pós moderna.** São Paulo: Loyola, 2007.
- LÊNIN, Vladimir. **O estado e a revolução.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MILIBAND, Ralph. **O estado na sociedade capitalista.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- NETTO, José P. **Economia política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2012.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- PAULANI, Leda. Brasil delivery: razões, contradições e limites da política econômica nos primeiros seis meses do governo Lula. In: PAULA, J. (Org). **A economia política da mudança: os desafios e os equívocos do início do governo Lula.** Belo Horizonte: Autêntica. 2003.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização,** Rio de Janeiro: Redord, 2003.
- SODRÉ, Nelson W. **A farsa do neoliberalismo.** Rio de Janeiro: GRAPHIA, 1995.

Submetido em: 15 de maio de 2016  
Aceito em: 19 de julho de 2016